

O gênero, a história das Mulheres e a memória: Um referencial de análise

MARIA NOEMI CASTILHOS BRITO

A QUESTÃO DO GÊNERO

O presente trabalho procura discutir questões teóricas referentes a uma pesquisa sobre a participação político-partidária de mulheres no extinto Partido Trabalhista Brasileiro - PTB¹, no período de 1945 a 1964, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Nesta pesquisa, o levantamento de dados foi feito através da história oral, com realização de entrevistas com militantes da época e do exame de fontes documentais em arquivos e jornais.

As referências inicialmente propostas para análise deste material se orientavam dentro de três áreas de estudo -a Política, a Antropologia e a História, consideradas interrelacionadas, e procuravam articular pontos como doutrina trabalhista², memória política e participação feminina. Esta proposta colocava que, especialmente nos domínios da Política, onde os estudos se referem mais a categorias de classe ou de idade, havia necessidade também da classificação por gênero, mas não se explicitava claramente o entendimento desta noção.

A ideia pré-existente era de uma teoria feminista abrangente sustentando os estudos sobre mulheres e fornecendo o referencial desejado. Realmente, o debate teórico no campo do feminismo existe e se mantém atual, em um processo vivo de reflexão, mas o significado dos conceitos empregados, justamente por isso, precisa ser clarificado.

Nos múltiplos caminhos percorridos pelo pensamento feminista, encontra-se o emprego do termo gênero, partindo da definição gramatical, em lugar do termo sexo, considerado

muito biologizante, pois, como expressão, pode remeter a questão das diferenças sexuais ao domínio irreversível dos fatos da natureza. Como começaram a enfatizar as feministas, sobretudo americanas, a noção de gênero realça o caráter social das diferenças entre os sexos, definidos cultural e simbolicamente de forma relacional, ou seja, os gêneros se constroem em relações definidas historicamente.

Trata-se de uma noção simple, clara, perfeitamente aceitável, e por isso mesmo talvez difícil de precisar como recurso metodológico. E justamente esta delimitação que Joan Scott (1988) procura fazer em seu artigo "Genre: une catégorie utile d'analyse historique", mostrando como o gênero pode ser uma importante referência. Neste texto, Scott faz um exame crítico das tentativas de teorização do gênero dentro do quadro das pesquisas feministas, especialmente de cunho histórico, antes de apresentar a sua alternativa. O conceito gênero tem sido empregado de diversas formas na bibliografia feminista a partir de determinadas concepções.

A primeira delas é de caráter descritivo e entende gênero como associado aos estudos de temas relativos às mulheres, sem entretanto buscar uma causalidade nos fenômenos ou na

1 Partido fundado pelo Presidente Getulio Vargas em 1945, de cunho populista, que obteve grande respaldo popular até sua extinção pelo movimento militar de 1964.

2 Conjunto de princípios e proposições nas quais se baseava o Partido Trabalhista Brasileiro.

realidade em foco. O segundo tipo de concepção preocupa-se com a interpretação de ordem causal, ramificadas em três principais abordagens: a teoria do patriarcado, buscando as origens da dominação masculina; o enfoque marxista que enfatiza a prioridade da determinação econômica na construção do gênero; e as posições de base psicanalítica, que não uniformes, mas se interessam pelo processo de formação da identidade de gênero.

Na exposição crítica destas concepções, Scott mostra sua importância para o avanço do pensamento feminista, mas procura, em sua análise, seguir em frente, recusando interpretações fixas, permanentes, a-históricas, desgastadas pela busca de explicações totalizadoras. Propõe, a partir de Rosaldo, buscar o significado das atividades das mulheres na interação social concreta e para tal é preciso articular a natureza da relação entre o sujeito individual e a organização social, buscando compreender o processo de construção do gênero.

A precisão conceitual do termo "gênero" enquanto categoria de análise se estabelece a partir da relação fundamental entre duas proposições:

"o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de representar as relações de poder." (Scott, 1988:141).

A primeira proposição compõe-se de quatro elementos essenciais interligados: as representações simbólicas culturalmente disponíveis, os conceitos normativos presentes nas mais diversas áreas da sociedade, a identidade subjetiva e a presença do político, do econômico e do educacional, além do parentesco, no processo de construção do gênero. A definição completa-se com a segunda proposição que mostra o gênero como um campo básico onde o poder é articulado, através do controle ou acesso diferenciado aos recursos materiais e simbólicos.

Portanto, a construção do gênero tem uma função de legitimação das relações sociais, o que se constitui em um elemento político, sendo, assim, um campo fértil para análise dos processos de organização dos poderes em diferentes sociedades. Esta compreensão do conceito gênero precisa a sua definição, ao mesmo tempo que a amplia, com uma abrangência que não só permite, mas exige,

incluir o domínio do político nas análises feitas. Outro aspecto a destacar é o seu caráter relacional, ou seja, a definição de homens e mulheres em termos recíprocos, com histórias que podem ser confrontadas, o que não quer dizer exclusão de hierarquias.

Retorna-se assim ao ponto inicial, o estudo da participação feminina no PTB do Rio Grande do Sul, onde se encontram vários vultos de mulheres circulando em um universo político dominado pelos homens e onde é possível buscar elementos para repensar as dicotomias tradicionais de oposição masculino e feminino.

O papel da mulher na sociedade sulriograndense não se explica por si só, quer dizer, não está isolado, integra-se em relações sociais mais amplas -as relações de gênero (tal como foram definidas) que compreendem também o papel masculino, envolvendo complementariedade ou conflito, conforme a situação, a época, o momento. Para entender estas relações é preciso indagar sobre as práticas de poder, as redistribuições de tarefas, os atributos definidores e os consequentes papéis sexuais na sociedade em questão.

Desta forma, a categoria gênero permite uma tentativa de aproximação analítica dos elementos presentes nestas relações, como a tradição, as representações, os fatos documentados e as lembranças evocadas. O reconhecimento da existência, na sociedade, de duas dimensões de gênero -masculino e feminino- diferentes, mas também ligadas, pode ajudar a alterar a aparente "neutralidade" da história, levando a uma outra leitura do passado.

UMA HISTÓRIA DAS MULHERES?

O movimento feminista dos anos 70, ao lado de suas várias reivindicações e denúncias levantou também a questão do "desaparecimento" das mulheres no âmbito da história, dominada pelo pensamento masculino. É um ponto básico na pesquisa desenvolvida pelas feministas o chamado resgate da memória feminina -fazer uma história das mulheres pelas próprias mulheres- especificidade que marca uma especial identificação com o objeto. O momento era propício, pois, o debate intelectual da época tratava principalmente dos "excluídos" da história, que se tornaram privilegiados "objetos" de estudo, incluindo-se aí mulheres, ao lado dos loucos, prisioneiros, bandidos, doentes, operários, etc. A perspectiva vigente era dar voz a estes grupos silenciados pela opressão que vivenciavam e que, no caso das mulheres, era

ressaltada como a causa da sua situação subordinada.

A historiadora francesa Arlette Farge (1984:20) mostra, no que chama de primeiro período (de 1970 a 80) da história das mulheres, o destaque de duas figuras femininas: as heroínas esquecidas e o conjunto das silenciadas, estudadas a partir da negação e do esquecimento, com uma perspectiva geral da mulher como "mártir invisível".

Neste quadro as perspectivas temáticas giravam em torno do que é considerado propriamente o domínio feminino -a família, o nascimento, o parto, os filhos, a sexualidade, a moda, o corpo, a saúde, a religião. Mesmo as pesquisas sobre o trabalho das mulheres detinham-se sobre as áreas tradicionais das enfermeiras, parteiras, domésticas, etc. (Farge, 1984:20/ Perrot, 1984:13/ Scott, 1989:59). Procurava-se mostrar a importância das mulheres, a sua ação específica como crítica à dominação, na medida em que elas teriam o "seu" espaço, a "sua" cultura, os "seus" poderes, enfim a "sua" história. Outros estudos, com uma visão distinta, mostravam a história das mulheres combativas, presentes nas mais diversas manifestações -revolucionárias, socialistas, sindicais, comunitárias, negando, portanto o estereótipo da mulher submissa, resignada, através da visibilização da sua face de ativista política.

Dentro destas referências, cresce o campo da história das mulheres, acumulando documentação e adquirindo respeitabilidade -não se duvida mais que as mulheres tenham uma história, constituindo-se esta até em um setor específico do saber. Neste espaço próprio, criado e desenvolvido a força dos embates ideológicos, entretanto, permanecem restrições, tanto no campo temático como teórico, pois a busca do particular às mulheres conduz a um fechamento em torno do feminino, sem procurar o entendimento da diferença entre os sexos fora do círculo limitado da opressão. Entre trabalhos que colocam a ideia do crescente progresso da condição feminina e outros que se referem constantemente à desvalorização da mulher, não se encontra uma história relacional, que analise como são construídas as relações entre os dois sexos, incluindo a questão do poder.

Numa segunda fase de desenvolvimento da história das mulheres, a partir dos anos 80, pesquisadoras dos Estados Unidos e da França repensam a situação da mulher enquanto objeto de estudo, questionando-a, na defesa de uma

colocação desta enquanto sujeito, enquanto um dos agentes que participam da construção dos momentos históricos, cotidianos ou excepcionais. A crítica do período mostra que as mulheres ainda não atingiram a zona nobre da história -as áreas da política e da economia- permanecendo às margens, ausentes nos estudos dos importantes processos aí desenvolvidos. Ou seja, apesar da abertura dos campos de estudo, permanece a invisibilidade feminina em temas importantes. Scott (1988:148) pergunta-se: "Porque (e até quando) as mulheres serão invisíveis enquanto sujeitos históricos agora que nós sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos acontecimentos da história humana?" Mesmo na história das lutas das mulheres falta a análise da dimensão política, que não aparece, restringida ao necessário, porém não suficiente, inventário (Perrot, 1984:13).

Atualmente há um movimento no sentido da recusa à denominação "história das mulheres" pelas suas limitações teóricas e metodológicas, e que propõe ver as mulheres na história de uma forma integrada e não segregada, através do emprego da noção de gênero que permitiria ampliar e dinamizar os estudos. Interessa modificar tanto o enfoque da historiografia tradicional que segrega, quando não ignora, as mulheres, quanto o radicalismo dos próprios trabalhos feministas que excluíam o masculino do seu quadro de referência. Não seria constituir um novo território, como diz Perrot (1984:15), mas mudar a direção do olhar, colocando a questão da relação dos sexos como central.

A ideia de ampliar o olhar traz uma reorientação no sentido da pesquisa sobre a participação feminina no PTB no Rio Grande do Sul, para não só mostrar a presença da mulher, mas tratar de ir mais além da relação entre os sexos dentro do partido. Não é um abandono do tema original, ligado à perspectiva existente nos estudos sobre mulheres, de tirar o vulto feminino das sombras, incluindo-o como participante ativo da história. Trata-se, entretanto, de buscar conhecer como se dá a relação concreta das mulheres com o mundo masculino do partido político. Redefine-se a abordagem, especialmente quanto ao levantamento e tratamento dos dados através das referências sugeridas nas leituras feitas, fornecendo os fios condutores para a análise.

A documentação existente, em arquivos públicos ou pessoais e em jornais, é escassa e difícil de resgatar. Portanto, a pesquisa prioriza as fontes orais, através dos depoimentos de participantes, homens e mulheres

(principalmente) do antigo PTB no Rio Grande do Sul, o que leva à discussão sobre a História Oral como recurso metodológico.

A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA FEMININA

O recurso à História Oral é buscado aqui não só pela escassez de fontes escritas, mas também pela perspectiva mais geral adotada neste trabalho. O desenvolvimento da História Oral permitiu uma mudança de enfoque nos trabalhos históricos, quebrando uma visão rígida da objetividade do fato histórico, abrindo a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a ocupação, a classe. Paul Thompson (1978:18), em seu trabalho clássico sobre vozes do passado, coloca que a História Oral é construída sobre pessoas, não só os líderes, mas os integrantes da população, que se transformam de "objetos" de estudo em "sujeitos" da história. Os grupos de participantes ignorados tradicionalmente, como índios, negros e mulheres, passam a ser reconhecidos, incorporando-se sua experiência na história, assim menos limitada.

A abertura para a idéia de incluir outras formas possíveis de contar a história foi favorecida especialmente pela emergência de movimentos sociais de expressão e reivindicação destes grupos discriminados, como os movimentos feminista, negro, etc. E também por influência destes movimentos que cresce uma tendência de estudos a partir da perspectiva de "dar voz" aos oprimidos como uma atitude de contestação política. O próprio Thompson coloca que a História Oral é uma prática transformadora que dá de volta ao povo a história em suas próprias palavras, postura criticada por Debert (1986:151) na medida em que subestima a inserção das camadas populares nas relações de poder.

No que se refere à área de estudos sobre as mulheres, esta perspectiva foi muito forte, pressupondo a existência de uma memória especificamente feminina oprimida, sem espaço para se manifestar. A História Oral seria, então, um meio de fazer justiça por si mesmo em uma sociedade masculinizada (Schweitzer & Voldman, 1984:62). A preocupação que se desenvolve posteriormente entre as pesquisadoras feministas, de combater o isolamento da questão da mulher em áreas muito restritas, levou a uma crítica desta visão, que também pode conduzir a uma idealização da "voz da mulher calada", desvinculada do contexto das relações de poder em uma sociedade.

Mas, feita esta ressalva, é realmente interessante a possibilidade que a História Oral oferece, não só às mulheres, mas aos mais diversos setores da sociedade, de expressão e registro de pontos de vista e situações não conhecidos porque menosprezados em geral. Portanto, o trabalho da História Oral, a partir de testemunhos de homens e mulheres, de brancos, negros e índios, de jovens e velhos, pode mostrar dimensões geralmente desconhecidas de um passado recente, mas significativas para estes diferenciados segmentos sociais e também para organizar uma história mais rica, que atenda a outros interesses além do oficial.

O discurso histórico, carregado de silêncios e ocultações, desconhece estas diferenciações, e a memória celebrada é a oficial, com reconstituições históricas definidas a partir da estrutura de poder e o que se encontra fora desta não interessa, dificultando o seu conhecimento e registro. O desenvolvimento ou a recuperação da memória dentro de uma perspectiva mais ampla integra também um processo político, pois tem sido usada como instrumento de poder de setores dominantes, construindo um discurso oficial sobre a história e o passado:

"Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva." (Le Goff, 1984:13)

A memória, entretanto, é parte integrante da construção da identidade de indivíduos ou sociedades, envolvendo elementos diversificados, não oficiais, não dominantes e que enriquecem a história social. Os testemunhos orais podem ser utilizados de forma relevante para a história política, contribuindo para o estudo histórico de atitudes políticas da maioria da população não organizada e silenciada. Também pode fornecer informações ignoradas nas atitudes das fileiras dos partidos, a nível de suas raízes. (Thompson, 1978:74).

Nesta história não se busca necessariamente o fato histórico "verdadeiro" mas como determinado período foi visto por determinadas pessoas em determinadas situações, o que dá maior vivacidade ao passado, dinamizando-o. A percepção dos acontecimentos inseridos em um determinado processo social influencia no registro feito individual ou coletivamente. As vivências se transformam em lembranças onde se reúnem aspectos objetivos do contexto mais

amplo com o pessoal, através da subjetividade de cada um.

Como exemplo da seleção da memória feita segundo os percursos individuais pode-se referir a comparação de duas mulheres deportadas em um campo de concentração onde uma sobrevive graças à afirmação de sua feminilidade pela hábil manipulação de produtos de beleza e lembra dos acontecimentos cotidianos, dos nomes, dos lugares; e a outra, com uma profissão, médica, tem de si mesma uma imagem masculina e suas lembranças se referem aos acontecimentos a nível mundial, a uma crítica ao nazismo, a sua militância nos movimentos de deportados (Schweitzer & Voldman, 1984:63). Expressam, assim, diferenças em suas memórias, uma mais concreta, ligada ao cotidiano, que a marcou, pois era fundamental para sua sobrevivência; a outra mais abstrata, com referências morais e políticas, mostrando uma reflexão a partir de sua experiência. Também entre as participantes do movimento da Resistência Francesa durante a 2ª Guerra Mundial diferiam as lembranças das mulheres casadas, não assalariadas, cuja referência era a vida doméstica, pessoal, e a das mulheres solteiras, ou que trabalhavam, que se exprimiam mais sobre o tempo coletivo.

Bosi (1979:375), em seu estudo sobre memórias de velhos, coloca que, em relação à política, a informação dos militantes é, sem dúvida, mais rica e pormenorizada, em comparação com a dos simples espectadores. Os psicólogos sociais com os quais Bosi trabalha (Stern, Halbwachs e Bartlett) mostram que "a função da lembrança é conservar o passado na forma que é mais apropriada a ele", ou seja, "só fica o que significa". (Bosi 1979:384).

Estes exemplos mostram como a memória é estruturada pelos papéis sociais e que há todo um conjunto de elementos que interferem na reconstituição do passado, com as diferentes trajetórias pessoais e os fatores objetivos e subjetivos, que não podem ser desconsiderados. A utilização das fontes orais, portanto, permite trabalhar com esta memória diferenciada, trazendo novas informações sobre aspectos pouco conhecidos do passado recente a partir do que foi vivido cotidianamente. A história oral, trabalhando com a memória de indivíduos -que são os que recordam, os memorizadores, como também faz a antropologia pode contribuir para a revisão das oposições correntes entre cotidiano / fato histórico, produção / reprodução, público / privado, associadas à dicotomia masculino-feminino.

Um estudo sobre a Resistência Francesa, com dados sobre o funcionamento interno dos grupos clandestinos, com participação mista de homens e mulheres, ao levantar as raízes do engajamento do/as militantes nesta ação política, mostra que, além das motivações mais gerais, a nível moral e político, as mulheres indicavam sentimentos como o gosto pelo perigo ou o desejo de acompanhar o marido, e os homens mostravam a presença de sentimentos afetivos e familiares em suas escolhas, o que quebra com a rigidez das divisões entre as esferas do público e do privado. (Schweitzer e Voldman: 1984:87).

A proposta de multiplicar os olhares pelo território da história, buscando também as mulheres, participantes como os homens, nos acontecimentos políticos, sociais e econômicos permite incorporar uns e outros como agentes da história, em relação.

A existência de uma memória especificamente feminina é discutível, especialmente se considerada a partir da visão do mundo "próprio" à mulher: o íntimo, o privado, o pessoal. As mulheres tem uma memória familiar, afetiva, maternal, mas tem também outras que aparecem se indagadas ou estimuladas. Dai a importância de se perguntar sobre outros lados da vida das mulheres, bem como dos homens.

Entendendo-se a memória como elaborada a partir de relações reais que incluem, entre outros elementos, o masculino e o feminino, e que as diferenças existem a partir destas relações, construídas historicamente, a diferenciação da memória vívida inclui a distinção por gênero. Nesta perspectiva, para Perrot (1987:27), a memória é um prolongamento da existência, ambas formas de relação no tempo e no espaço, logo também sexuada.

Entretanto, a memória feminina de um acontecimento dificilmente aparece porque predomina em geral o relato masculino que desconsidera a presença feminina que, assim, não é memorizada. Dai a preocupação em reintroduzir as mulheres na história, não fazendo a história das mulheres mas identificando-as nos inúmeros momentos onde estiveram presentes, sua importância, o papel que exerceram. Trata-se de ouvir as mulheres, como os homens são ouvidos, no sindicato, no partido político, na rua, o que pode revelar outras facetas dos acontecimentos.

Namer (1987:138), em um estudo que procura ampliar as ideias de Halbwachs sobre memória e

sociedade, refere-se a pelo menos uma diferença entre a memória feminina e a masculina, que é a que concerne a vida sindical. O mundo sindical é ocupado pelos homens com mais frequência, mas são as mulheres que mais se recordam, com paixão, pois são as que mais investiram. Apresentariam uma memória de esperança que se caracterizaria pela atividade invés da passividade da humilhação e pela perspectiva de mudança da vida cotidiana, o que aliás corresponde com estudos realizados. (Brito, 1985).

Quanto aos partidos, universos masculinos de expressão política, praticamente não há referências à atuação feminina, mas como diz Fauré (1979:88), as mulheres estão por todo, mas nem um traço de suas ações. A história do tempo presente, na qual se insere o estudo das organizações partidárias brasileiras, se faz principalmente a partir de depoimentos, da memória oral. Em geral, são ouvidas somente as lideranças, principalmente homens e poucas mulheres que chegaram aos cargos mais altos. A perspectiva aberta pelo estudo das relações de gênero ao nível da chamada esfera pública, especialmente na área da política, permite ampliar a visão vigente e pré-estabelecida dos papéis sociais que não dá lugar sequer a um enfoque comparativo.

Zonabend (1988:77) diz que grande parte da pesquisa de campo etnológica consiste em escutar, suscitar, provocar lembranças, o que permitiria multiplicar as "palavras da memória" pelos testemunhos de lembranças transmitidas ou vividas. O trabalho do etnólogo se faria sobre e com a memória de seus interlocutores, recolhendo relatos a nível da vivência -familiar, afetiva, sindical, político-partidária, etc.

A busca da diversidade, que caracteriza a Antropologia, está aí presente, bem como se abre a possibilidade de relação com outras disciplinas, também com preocupações na mesma direção, o que se torna muito enriquecedor para o pesquisador.

RELAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiróz, 1979.

BRITO, Maria Noemi. *Sindicato no Feminino: uma luta de formiga*. Dissertação de Mestrado Antropologia Social, UNICAMP, 1985, 192 pgs. (mimeo).

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. IN: Cardoso, R. (org.) -*A Aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pgs. 141 a 156.

FARGE, Arlette. Pratique et effets de l'histoire des femmes. IN: Perrot, M. (org.) -*Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris, Rivages, 1984, pgs. 17 a 35.

FAURE, Christine. Une violence paradoxale: des femmes terroristes dans les années 1880. IN: Dufrancatell, C. et alli -*L'histoire sans qualités*. Paris, Galilée, 1979.

LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia EINAUDI*, vol. 1, Portugal, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, pgs. 11 a 50.

NAMER, Gérard. *Memóire et société*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987, 242 pgs.

PERROT, Michèle. Préface. *Une histoire de femmes est-elle possible?* Paris, Rivages, 1984, pgs. 7 a 16.

Pratiques de la mémoire féminine. IN: *Traverses*, 40, avril 1987, Paris, pgs. 19 a 27.

SCOTT, Joan. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du Grif*, 37/8, 1988, pgs. 125 a 153.

Notes sur l'économie politique et l'histoire du privé. *Cahiers du Cedref*, 1, 1989, pgs. 59 a 63.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past*. Oral History. Oxford University Press, 1978, 259 pgs.

ZONABEND, Françoise. La mémoire familiale: de l'individuel au collectif. IN: AVAS et alli -*Croire la mémoire?*, 1988, pgs. 77 a 84.

Maria Noemi CASTILHOS BRITO (Brasil)
Licenciada en Historia. Profesora de Antropología, Universidad Federal de Río Grande del Sur. Autora de numerosos trabajos en el campo de las ciencias sociales y humanas, especialmente sobre la temática de la mujer.